

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
A SESSÃO
Remete-se ao Governo
2010 03 29
O Presidente.



REQUERIMENTO

Os cidadãos portadores de deficiência física sofrem, na Região Autónoma dos Açores, condicionalismos que agravam os constrangimentos à sua mobilidade e autonomia.

Entre essas dificuldades avultam, também, as dificuldades de acesso aos edifícios públicos na Região em condições suficientes de conforto e dignidade, conforme estabelecido no Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto, que estabelece as normas técnicas a que devem obedecer os espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais em termos de acessibilidades por parte dos cidadãos portadores de deficiência física.

Nesse sentido a Representação Parlamentar do PCP Açores propôs, aquando da discussão do Plano Regional Anual para 2010, a criação de uma acção específica para a criação de um Plano de Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos, dotada com 200.000 Euros e que foi aprovada por unanimidade no Parlamento Regional.

O objectivo desta proposta era o de fazer um diagnóstico circunstanciado das condições existentes nos edifícios públicos na Região e estabelecesse prioridades para um calendário de intervenções, afim de os adequar ao acesso e fruição por parte dos cidadãos portadores de deficiência.

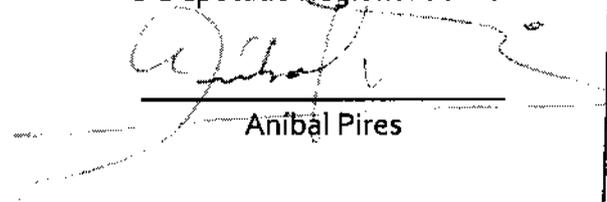
No entanto, passados vários meses ainda não se conhecem quaisquer medidas ou acções encetadas para concretizar este Plano. A dimensão do estudo e planificação envolvidos, bem como a importância da questão exigem por parte do Governo uma maior proactividade e rapidez na execução desta iniciativa.

A Representação Parlamentar do PCP Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis solicita ao Governo a seguinte informação:

- Que medidas foram tomadas para a concretização da Acção 18.7.13 “Plano de melhoria das acessibilidades dos edifícios públicos”, prevista no Plano Regional Anual para 2010, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional 2/2010/A de 8 de Janeiro?
- Quais as verbas empregues até à data nesta acção e em que fins?
- Qual é a previsão de conclusão da elaboração do Plano e qual o seu ponto de situação actual?

29 de Março de 2010

O Deputado Regional do PCP



Aníbal Pires

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 1266 Proc. Nº 54.04.00
Data: 16/03/2010 Nº 239/1X